

dos Santos, Cláudio H.

Working Paper

Uma metodologia simplificada de estimação da carga tributária líquida brasileira trimestral no período 1995-2007

Texto para Discussão, No. 1359

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: dos Santos, Cláudio H. (2008) : Uma metodologia simplificada de estimação da carga tributária líquida brasileira trimestral no período 1995-2007, Texto para Discussão, No. 1359, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/91050>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1359

UMA METODOLOGIA SIMPLIFICADA DE ESTIMAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA BRASILEIRA TRIMESTRAL NO PERÍODO 1995-2007

Cláudio H. dos Santos

Rio de Janeiro, outubro de 2008

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1359

UMA METODOLOGIA SIMPLIFICADA DE ESTIMAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA BRASILEIRA TRIMESTRAL NO PERÍODO 1995-2007*

Cláudio H. dos Santos**

Rio de Janeiro, outubro de 2008

* O autor agradece os comentários e as sugestões recebidos de Adolfo Sachsida, Alexandre Manoel da Silva, Ana Luiza de H. Barbosa, Fernando Gaiger Silveira, Manoel Carlos de Castro Pires, Marcelo Piancastelli, Márcio Bruno Ribeiro, Marco Antônio Cavalcanti, Mário Jorge Mendonça, Napoleão Luiz Costa da Silva e Sergei Soares. Os erros e omissões remanescentes no texto são de inteira responsabilidade do autor.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa e Coordenador de Finanças Públicas da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário de
Assuntos Estratégicos** – Roberto Mangabeira Unger

Secretaria de Assuntos Estratégicos

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL: C82, E01, H53

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 A ESTRATÉGIA DE ESTIMAÇÃO ADOTADA NESTE TRABALHO	8
3 UTILIZANDO BASES DE DADOS ALTERNATIVAS PARA ESTIMAR AS TAPS ANUAIS EM 2006 E 2007	11
4 ESTIMATIVAS TRIMESTRAIS DAS TAPS E DA CTLB NO PERÍODO 1995-2007	15
5 COMO SE COMPORTARAM AS TAPS (E SEUS COMPONENTES) E A CTLB NO PERÍODO 1995-2007? ALGUNS FATOS ESTILIZADOS	17
6 NOTAS FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICE	24

SINOPSE

Esse artigo apresenta uma metodologia simplificada de estimação em bases trimestrais das “transferências de assistência e previdência e subsídios governamentais” e da “carga tributária líquida” da economia brasileira no período 1995-2007. O artigo descreve, ainda, os principais fatos estilizados observados no comportamento das referidas séries (e de desagregações relevantes das mesmas) no período em questão, chamando a atenção para o fato de que o perfil distributivo das transferências de assistência e previdência do governo parece ter melhorado nos últimos anos.

ABSTRACT

This paper presents a simplified methodology for estimating quarterly figures for both the Brazilian government transfers and net aggregate tax burden in the 1995-2007 years. It also describes the main stylized facts observed in the data in this period, calling attention to the fact that Brazilian government transfers apparently have become more progressive in recent years.

1 INTRODUÇÃO: MOTIVAÇÃO E DEFINIÇÕES BÁSICAS

A carga tributária *líquida*, tal como medida nas contas nacionais brasileiras, é, por definição, igual à carga tributária *bruta* (ou seja, *grosso modo*, o valor de todos os impostos, taxas e contribuições arrecadados compulsoriamente pelo governo),¹ menos os subsídios dados pelo governo aos produtores privados e as transferências de previdência e assistência social feitas pelo governo às famílias e às instituições privadas sem fins lucrativos.²

Infelizmente, e a despeito da óbvia importância conceitual e prática do valor da carga tributária *líquida*, o debate sobre a política fiscal brasileira tem se concentrado quase exclusivamente sobre a dinâmica recente da carga tributária *bruta* – que, de acordo com vários autores, estaria “muito alta” e, portanto, “retardando” o crescimento do país (ver DOS SANTOS; PIRES, 2007a, 2007b para estimativas econométricas e resumos críticos dessa sabedoria convencional).³ Com efeito, pouca ou nenhuma atenção é dada pela maioria dos macroeconomistas aos impactos das transferências de assistência e previdência do setor público às famílias sobre a distribuição pessoal⁴ e regional⁵ da renda nacional ou sobre o consumo e o bem-estar social das camadas mais pobres da população. E o fato de a informação existente a respeito do tema ser pouca e fragmentada certamente não tem contribuído para mudar esse estado de coisas.⁶

Esse texto visa contribuir para o preenchimento dessa lacuna, discutindo a compatibilidade entre as bases de dados existentes sobre as transferências de assistência e previdência do governo ao setor privado (nas seções 2 e 3) e propondo metodologias de estimação em bases trimestrais, tanto para essa última variável como para a carga tributária líquida da economia no período 1995-2007 (nas seções 2 e 4). A parte final do trabalho (seção 5) apresenta, ainda, os principais fatos estilizados verificados nas séries estimadas nas seções anteriores (e em desagregações relevantes das mesmas), chamando a atenção para a aparente melhora no perfil distributivo das transferências do governo ao setor privado da economia, verificada em anos recentes.

1. Incluindo aqueles destinados a financiar a poupança do próprio setor privado, como as contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O conceito engloba, ainda, os tributos pagos por empresas estatais (que são consideradas parte do setor privado nas contas nacionais).

2. Incluindo os saques do FGTS feitos pelos trabalhadores. Note-se que, na definição das contas nacionais, uma “transferência” é uma transação na qual um setor institucional provê bens, serviços ou dinheiro a um outro setor institucional sem receber desse último qualquer contrapartida (ONU, 1993, cap. VIII, parágrafo 8.27). As transferências são, assim, computadas na chamada “conta de distribuição secundária da renda”. Note-se, ainda, que os juros pagos pelo governo aos detentores da dívida pública não são computados como “transferências” nas contas nacionais por serem entendidos como a contrapartida dos serviços de capital prestados pelos credores da dívida pública ao governo (sendo, portanto, computados na chamada “conta de distribuição primária da renda” e, dessa forma, no próprio cálculo do Produto Interno Bruto (PIB)).

3. Afonso, Meirelles e Castro (2007), por exemplo, se referem ao conceito de carga tributária líquida como “antigo e esquecido”, aparentemente minimizando a importância crucial do mesmo para análises macroeconômicas de todos os tipos. Esta última é explicitada, por exemplo, em Blanchard e Perotti (2002).

4. Um tema flagrantemente controverso, aliás. Ver, por exemplo, Silveira (2003, 2008) e Moura, Tafner e Jesus Filho (2007) e as várias referências citadas nesses trabalhos.

5. Caetano (2008) é uma referência importante sobre esse tema.

6. Nesse contexto, lamentamos profundamente a extinção da pesquisa “Finanças Públicas” do IBGE, anunciada – sem que quaisquer explicações fossem dadas aos usuários da mesma – em maio de 2007.

2 A ESTRATÉGIA DE ESTIMAÇÃO ADOTADA NESTE TRABALHO

Uma vez que estimativas da carga tributária bruta brasileira (CTBB) trimestral já estão disponíveis para o período 1995-2007 (ver DOS SANTOS; COSTA, 2008), a estimação da carga tributária líquida brasileira (CTLB) trimestral no período em questão requer apenas a construção de uma série trimestral das “transferências de assistência e previdência, e subsídios” (Taps), feitas pelo governo ao setor privado da economia.⁷

Começamos, pois, notando que há alguma incerteza, mesmo quanto aos valores *anuais* dessas transferências. Com efeito, as três publicações oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados sobre essas variáveis – isto é, as contas nacionais referências 1985 e 2000 (respectivamente, IBGE, 2004 e 2007) e a (agora aparentemente extinta) pesquisa Finanças Públicas do Brasil 2002-2003 (IBGE, 2006)⁸ – freqüentemente apresentam números divergentes sobre essa variável (e, mesmo assim, somente até 2005).⁹ Felizmente, tais números são similares o suficiente para nos fornecer uma idéia razoavelmente precisa das ordens de grandeza envolvidas (ver tabela 1).

TABELA 1

Valores anuais das “transferências de assistência e previdência e subsídios” pagos pelo governo ao setor privado em três publicações oficiais do IBGE

(Em R\$ bilhões nominais)

Ano	SCN Ref 2000 (IBGE, 2007) ^a (1)	SCN Ref 1985 (IBGE, 2004) ^a (2)	Finanças Públicas (IBGE, 2006) ^a (3)	Valor adotado neste trabalho (4)
1995	n.d.	87,76	85,75	85,75
1996	n.d.	103,82	102,09	102,09
1997	n.d.	115,78	115,55	115,55
1998	n.d.	136,70	134,19	134,19
1999	n.d.	146,27	142,92	142,92
2000	158,01	166,95	157,41	158,01
2001	177,51	182,21	178,62	177,51
2002	207,71	205,72	209,18	207,71
2003	247,80	239,04	246,62	247,80
2004	274,53	n.d.	n.d.	274,53
2005	311,88	n.d.	n.d.	311,88

Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2004, 2006, 2007).

^a Os números das contas nacionais referências 2000 e 1985 estão implícitos, respectivamente, nas tabelas sinóticas 19 e 25 dessas publicações. Os números das Finanças Públicas foram obtidos somando-se os itens “transferências de assistência e previdência” e “subsídios” das despesas das administrações públicas nos vários anos.

n.d. = não-disponível.

7. Visto que a CTLB é, por definição, igual à CTBB menos as Taps.

8. As referidas pesquisas se fazem acompanhar de séries históricas que estão disponíveis para *download* no sítio do IBGE na internet.

9. Pelo menos até junho de 2008, quando esse trabalho ficou pronto.

Isto posto, nossa estratégia de estimação das Taps trimestrais pode ser resumida em três passos, quais sejam: *a*) tentamos inicialmente reconstruir – a partir de bases de dados alternativas¹⁰ – os valores anuais reportados na tabela 1 e obter estimativas desses valores para os anos de 2006 e 2007; *b*) em segundo lugar, buscamos reconstruir os referidos valores anuais utilizando apenas os dados de alta frequência disponíveis;¹¹ e, finalmente, *c*) tendo os valores reconstruídos a partir dos dados de alta frequência se revelado superiores a 70% dos totais anuais em todos os casos relevantes (ver tabela 13, na seção 4), supomos (quando na falta de hipótese melhor) que as parcelas não explicadas desses últimos se distribuíram uniformemente ao longo do ano.

Cruciais para justificar a estratégia adotada neste trabalho são os fatos de que: *a*) apenas uma pequeníssima (e decrescente) parte das Taps consiste de subsídios (ver tabela 2); e *b*) os estados e municípios responderam por menos de 20% das transferências de assistência e previdência totais entre 1995 e 2005, de acordo com dados da pesquisa de finanças públicas do IBGE (para o período 1995-2003) e nossas próprias estimativas (para o período 2004-2005, ver tabela 3). Como os dados de alta frequência disponíveis são todos sobre transferências da União (ver seção 4), foi encorajador para os nossos propósitos saber que as transferências de assistência e previdência de estados e municípios para o setor privado são “pequenas” em relação ao total das Taps. Além disso, a grande maior parte do pagamento de benefícios de assistência e previdência social de estados e municípios (cerca de 95% desde 2000) é destinada aos servidores públicos estaduais e municipais (ver tabelas 3 e 4). Assumindo-se como plausível que a sazonalidade do pagamento de benefícios aos servidores públicos (aposentados e pensionistas) de estados e municípios é similar à observada no caso dos servidores públicos da União – para os quais, felizmente, existem dados de alta frequência de qualidade razoável – pode-se, assim, estimar com alguma confiabilidade os gastos totais trimestrais de estados e municípios com esses benefícios.¹²

10. A saber, as bases “Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios”, “Execução orçamentária dos estados” e “Resultado fiscal do Tesouro Nacional” (todas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)), o *Anuário Estatístico da Previdência Social* do Ministério da Previdência Social (MPS), o Sistema Gerador de Séries de Tempo do Banco Central (BCB) e os relatórios trimestrais da Caixa Econômica Federal.

11. Infelizmente as bases de dados “Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios” e “Execução orçamentária dos estados” – ambas da STN – estão disponíveis apenas em bases anuais.

12. E, por conseguinte, as próprias Taps totais. Com efeito, a parcela “explicada” das Taps sobe para mais de 90% do total quando incorporamos à mesma nossas estimativas das transferências de estados e municípios (ver tabela 13, na seção 4).

TABELA 2

Desagregação das transferências de assistência e previdência e subsídios

(Em R\$ bilhões nominais, e em %)

Ano	TAPS totais (1)	Subsídios (2)	Transferências de Assistência e Previdência (3)
1995	85,75	3,57 (4,16%)	82,18 (95,84%)
1996	102,09	3,42 (3,35%)	98,67 (96,65%)
1997	115,55	3,72 (3,22%) ^a	111,83 (96,78%)
1998	134,19	3,34 (2,49%)	130,85 (97,51%)
1999	142,92	3,26 (2,28%)	139,66 (97,72%)
2000	158,01	7,22 (4,57%)	150,79 (95,43%)
2001	177,51	6,38 (3,59%)	171,13 (96,41%)
2002	207,71	3,03 (1,46%)	204,68 (98,54%)
2003	247,80	3,50 (1,41%)	244,3 (98,59%)
2004	274,53	2,71 (0,99%)	271,82 (99,01%)
2005	311,88	4,11 (1,32%)	307,77 (98,68%)

Fontes: Finanças Públicas do Brasil 2002-2003 (IBGE, 2006) para o período 1995-1999 e Sistema de Contas Nacionais 2004-2005 (IBGE, 2007) para o período 2000 e 2005.

^a Uma vez que o dado reportado pela pesquisa Finanças Públicas para o valor dos subsídios em 1997(R\$ 5,7 bilhões) foi muito diferente do dado reportado pelo Sistema de Contas Nacionais 2004-2005 (IBGE, 2007 – tabela sinótica 2), utilizamos este último nesta tabela.

TABELA 3

Transferências de assistência e previdência por tipo de governo

(Em R\$ bilhões nominais, e em %)

Ano	Total (1)	Federal (2)	Estadual (3)	Municipal (4)
1995	82,18 (100%)	67,11(81,66%)	12,52 (15,23%)	2,55 (3,10%)
1996	98,67 (100%)	80,39 (81,47%)	15,40 (15,61%)	2,89 (2,93%)
1997	109,85 (100%)	90,15 (82,07%)	16,40 (14,93%)	3,30 (3,00%)
1998	130,85 (100%)	105,12 (80,34%)	21,95 (16,77%)	3,78 (2,89%)
1999	139,66 (100%)	112,12 (80,28%)	23,57 (16,88%)	3,97 (2,84%)
2000	154,07 (100%)	122,48 (79,50%)	26,50 (17,20%)	5,09 (3,30%)
2001	174,44 (100%)	139,84 (80,16%)	28,71 (16,46%)	5,89 (3,38%)
2002	206,15 (100%)	166,46 (80,74%)	32,72 (15,87%)	6,98 (3,38%)
2003	243,11 (100%)	198,32 (81,57%)	35,73 (14,70%)	9,07 (3,73%)
2004	271,82 (100%)	223,48 (82,22%)	39,00 (14,35%)	9,34 (3,44%)
2005	307,77 (100%)	255,05 (82,87%)	42,48 (13,80%)	10,24 (3,33%)

Fontes: Finanças Públicas do Brasil 2002-2003 (IBGE, 2006) para o período 1995-2003, e estimativas do autor para 2004 e 2005, a partir de dados do IBGE (2007) e STN (2005, 2006, 2007a).

Obs.: As estimativas das transferências de assistência e previdência estaduais e municipais foram construídas a partir de dados das bases "Execução orçamentária dos estados" (STN, 2007a) e "Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2004 e 2005" (STN, 2005, 2006), respectivamente. Em ambos os casos, as estimativas das transferências estaduais e municipais foram calculadas pela soma dos valores dos itens "aposentadoria e reformas", "pensões", "contratações por tempo determinado", "contribuições às entidades previdenciárias" e "salário-família" da rubrica "despesas de pessoal" e dos itens "aposentadoria e reformas", "pensões", "contratações por tempo determinado", "salário-família", "outros benefícios previdenciários", "benefícios a deficientes e idosos", "outros benefícios assistenciais" e "outros benefícios de natureza social" da rubrica "outras despesas correntes". As estimativas das transferências federais foram obtidas por resíduo.

Tabela 4

Transferências de assistência e previdência a funcionários públicos por tipo de governo

(Em R\$ bilhões nominais, e em %). O número entre parênteses é o valor dos benefícios dos servidores públicos, medido como porcentagem das transferências de assistência e previdência totais reportadas na tabela 3.

Ano	Total (1)	Federal (2)	Estadual (3)	Municipal (4)	Estados e municípios (5)
1995	29,01(35,30)	17,17(25,58)	9,52(76,00)	2,33 (91,32)	11,84 (78,59)
1996	33,65 (34,10)	19,37 (24,10)	11,68 (75,84)	2,60 (89,81)	14,28 (78,05)
1997	43,36 (39,47)	26,76 (29,68)	13,69 (83,48)	2,91 (88,27)	16,60 (84,28)
1998	46,17 (35,28)	24,30 (23,11)	18,66 (85,01)	3,21 (85,04)	21,87 (85,01)
1999	45,05 (32,26)	23,13 (20,63)	18,80 (79,76)	3,12 (78,51)	21,92 (79,58)
2000	55,39 (35,95)	25,43 (20,76)	25,37 (95,75)	4,58 (90,04)	29,96 (94,83)
2001	63,25 (36,26)	31,02 (22,19)	27,07 (94,27)	5,16 (87,58)	32,23 (93,13)
2002	70,69 (34,29)	33,26 (19,98)	31,23 (95,44)	6,21 (88,94)	37,43 (94,30)
2003	78,80 (32,42)	36,31 (18,31)	34,17 (95,64)	8,32 (91,75)	42,49 (94,85)

Fonte: Finanças Públicas do Brasil 2002-2003 (IBGE, 2006).

Obs.: ^a Note-se que não pudemos estender os dados da tabela 4 até 2005, porque, a partir de 2004, os dados das "Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios e da "Execução orçamentária dos estados" não mais permitem estimativas precisas das transferências a servidores desses entes da federação. Isso porque "houve uma mudança na forma de classificação das despesas com "Aposentadorias e Reformas" e "Pensões" [dos servidores] por orientação do Ministério da Previdência". Isso ocorreu nos entes que institucionalizaram contas separadas para os fundos de previdência dos servidores, em cujo caso a Previdência passou a orientar que a despesa com [servidores] inativos passasse a ser classificada (...) [como "outras despesas correntes" e não mais como "despesas de pessoal"], embora continue entrando no cálculo da despesa de pessoal da LRF." (GOBETTI, 2008, p. 124).

Ainda que a estratégia geral de estimação seguida neste trabalho seja conceitualmente muito simples, a implementação da mesma (em junho de 2008) envolveu um número relativamente grande de decisões não triviais acerca de como lidar, entre outras coisas, com observações aberrantes, séries incompletas e diferenças de definição entre as bases de dados relevantes. As seções 3 e 4 detalham os procedimentos adotados.

3 UTILIZANDO BASES DE DADOS ALTERNATIVAS PARA ESTIMAR AS TAPS ANUAIS EM 2006 E 2007

Como visto anteriormente, é útil dividir as transferências de assistência e previdência – que responderam por 98,68% do valor total das Taps em 2005 (ver tabela 2) – em federais, estaduais e municipais.

Começando pelas transferências de assistência e previdência estaduais e municipais, notamos que os seus valores anuais podem ser estimados pela soma de componentes específicos das bases de dados "Execução orçamentária dos estados" (STN, 2007a) e "Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios" (STN, vários anos), respectivamente.¹³ Os valores dessas estimativas para os anos 2002-2006, assim como o grau de precisão das mesmas nos anos 2002 e 2003, aparecem na tabela 5.¹⁴

13. Ver obs. da tabela 3 para detalhes.

14. O detalhamento das contas disponíveis nas referidas bases de dados em anos anteriores a 2002 não permitia aproximações tão precisas quanto as que ficaram disponíveis posteriormente. Por outro lado, os dados para 2007 ainda não estavam disponíveis quando este artigo foi concluído, em junho de 2008.

TABELA 5

Aproximando o valor das transferências de assistência e previdência de estados e municípios com dados da STN

(Em R\$ bilhões, e em %)

Ano	Finanças Públicas (IBGE, 2006) (R\$)	Nossa aproximação (R\$)	Precisão (%)
2002	39,69	40,04	+0,88
2003	44,80	45,73	+2,08
2004	n.d.	48,34	n.d.
2005	n.d.	52,72	n.d.
2006	n.d.	60,24	n.d.

Fontes: "Finanças Públicas (IBGE, 2006), Execução Orçamentária dos Estados" (STN, 2007a) e "Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios" (STN, vários anos).

n.d. = não-disponível.

Em segundo lugar, notamos que as transferências de previdência e assistência federais podem ser divididas em cinco grupos, quais sejam: *a*) benefícios de previdência social em numerário (regime geral); *b*) benefícios de previdência social pagos aos funcionários públicos federais; *c*) benefícios sociais pagos ao deficiente e ao idoso; *d*) saques do FGTS; e *e*) outros benefícios sociais (que incluem várias transferências a pessoas físicas – como o Bolsa Família, por exemplo – e as instituições privadas sem fins lucrativos). Felizmente, para nossos propósitos, os três primeiros itens citados podem ser estimados com razoável precisão com base em dados do *Anuário Estatístico da Previdência Social* (MPS, vários números), do "Resultado fiscal do Tesouro Nacional" (STN, 2008) e do BCB (ver tabelas 6 a 8). Ademais, os valores dos saques do FGTS são divulgados nos relatórios trimestrais de administração da Caixa Econômica Federal, de modo que apenas os "outros benefícios sociais" – isto é, uma pequena parte das transferências federais – nos são desconhecidos.

TABELA 6

Aproximando o valor dos benefícios de previdência social em numerário (regime geral)

(Em R\$ bilhões, e em %)

Ano	Valor do IBGE ^a (R\$)	Primeira aproximação(2) ^b (R\$)	Outra possível aproximação (3) ^c (R\$)	Precisão da primeira aproximação (%)	Precisão da segunda aproximação (%)
2002	94,66	94,65	95,09	-0,01	+0,45
2003	116,93	116,55	115,21	-0,032	-1,47
2004	132,46	132,45	135,22	-0,01	+2,08
2005	153,87	153,82	157,35	-0,032	+2,26
2006	n.d.	176,36	180,20	n.d.	n.d.
2007	n.d.	n.d.	203,11	n.d.	n.d.

Fontes: *Anuário Estatístico da Previdência Social* (MPS, vários números), Resultado fiscal do Tesouro Nacional (STN, 2008) e comunicação pessoal com o IBGE.

^a Obtido através de comunicação pessoal com o IBGE.

^b Essas aproximações foram calculadas somando-se o valor anualizado das despesas do Tesouro Nacional com abonos e seguros-desemprego (STN, 2008) com os valores das rubricas "aposentadorias e reformas", "pensões", e "outros benefícios" divulgadas no *Anuário Estatístico da Previdência Social*. Essencialmente os mesmos números são encontrados também, somando-se o valor anualizado das despesas do Tesouro Nacional com abonos e seguros-desemprego e com o valor dos "benefícios previdenciários" divulgado no Balanço Geral da União. Ou, mais precisamente, no balanço financeiro do orçamento da seguridade social das administrações direta, indireta e dos fundos do Balanço Geral da União (volume II, parte I, tabela 1.5).

^c Essas aproximações foram calculadas somando-se o valor anualizado das despesas do Tesouro Nacional com abonos e seguros-desemprego e com benefícios previdenciários (STN, 2008).

n.d. = não-disponível.

TABELA 7

Aproximando o valor dos benefícios de previdência social pagos aos funcionários públicos federais
(Em R\$ bilhões, e em %)

Ano	Valor do IBGE ^a (R\$)	Nossa aproximação ^b (R\$)	Precisão (%)
2002	33,46	31,69	-5,29
2003	36,52	37,08	+1,53
2004	40,30	39,95	-0,87
2005	44,27	42,44	-4,13
2006	n.d.	46,52	n.d.
2007	n.d.	52,27	n.d.

Fontes: BCB e comunicação pessoal com o IBGE.

^a Obtido através de comunicação pessoal com o IBGE.^b Essas aproximações foram calculadas somando-se o valor anualizado das despesas do governo federal com servidores federais aposentados e pensionistas (isto é, séries 7.568 e 7.569 do Sistema Gerador de Séries de Tempo do BCB).

n.d. = não-disponível.

TABELA 8

Aproximando o valor dos benefícios sociais federais pagos a idosos e deficientes
(Em R\$ bilhões, e em %)

Ano	Valor do IBGE ^a (R\$)	Nossa aproximação ^b (R\$)	Precisão (%)
2002	3,44	n.d.	n.d.
2003	4,51	4,45	-1,28
2004	7,58	7,50	-0,97
2005	9,33	9,25	-0,88
2006	n.d.	11,64	n.d.
2007	n.d.	14,19	n.d.

Fontes: (STN, 2008) e comunicação pessoal com o IBGE.

^a Obtido através de comunicação pessoal com o IBGE.^b Nossas aproximações foram calculadas somando-se o valor anualizado das despesas do governo federal com a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e RMV publicadas em STN (2008). Infelizmente, essa série só está disponível a partir de 2003.

n.d. = não-disponível.

Com efeito, quando somados aos valores dos saques do FGTS,¹⁵ os valores totais das aproximações das tabelas 6 a 8 superam a marca dos 90% do valor das Taps totais e ficam menos de 1% acima ou abaixo dos valores correspondentes efetivamente reportados pelo IBGE (ver tabela 9). Esses fatos, associados à relativa constância da “parcela não explicada” das Taps – que consistem basicamente de programas assistenciais como o Bolsa Família¹⁶ e de transferências públicas para entidades privadas sem fins lucrativos – nos permitem obter estimativas razoavelmente precisas das Taps totais para 2006 e estimativas preliminares para 2007 (ver tabela 10). Finalmente, de posse das estimativas para o valor das Taps nesses anos, podemos

15. A saber, R\$ 19,63 bilhões (em 2002), R\$ 20,39 bilhões (em 2003), R\$ 22,1 bilhões (em 2004), R\$ 25,9 bilhões (em 2005), R\$ 29,68 bilhões (em 2006) e R\$ 40,65 bilhões (em 2007). Tais valores são reportados nos relatórios de administração da Caixa Econômica Federal.

16. Para os quais, até onde sabemos, ainda não existem séries de alta frequência disponíveis na internet.

então utilizar as estimativas de Dos Santos e Costa (2008) para o valor da carga tributária bruta em 2006 e 2007, a fim de obter estimativas da carga tributária líquida verificada nesses anos (ver tabela 11).

TABELA 9

Grau de precisão "final" de nossas estimativas anuais das transferências de assistência e previdência totais

Ano	Transferências de assistência e previdência totais	Transferências de assistência e previdência "não-explicadas"	Transferências de assistência e previdência "explicadas" ^a	Nossa primeira aproximação ^b	Precisão	Nossa aproximação alternativa ^c	Precisão
2002	206,15 (100%)	16,86 (8,12%)	190,85 (91,88%)	189,42	-0,75%	189,86	-0,52%
2003	243,11 (100%)	24,74 (9,98%)	223,06 (90,02%)	224,11	+0,47%	222,77	-0,13%
2004	271,82 (100%)	23,75 (8,65%)	250,78 (91,35%)	250,42	-0,14%	253,19	+0,96%
2005	307,77 (100%)	25,79 (8,27%)	286,09 (91,73%)	284,57	-0,53%	287,74	+0,58%

Fontes: Tabelas 3, 5, 6, 7 e 8 e cálculos do autor.

^a Essas transferências foram calculadas somando-se os saques do FGTS reportados na nota acima com os "valores do IBGE" nas tabelas 5, 6, 7 e 8 (utilizando, entretanto, a nossa aproximação das transferências de estados e municípios nos anos 2004 e 2005 – dada a inexistência de dados do IBGE nesses anos, como observado na tabela 5).

^b Essa aproximação foi obtida somando-se nossas aproximações das tabelas 5, 7 e 8 (com a única exceção de termos utilizado o valor do IBGE no ano de 2002 na tabela 8) com a nossa primeira aproximação da tabela 6 e com os saques do FGTS reportados na nota 15.

^c Essa aproximação foi obtida somando-se nossas aproximações das tabelas 5, 7 e 8 (com a única exceção de termos utilizado o valor do IBGE no ano de 2002 na tabela 8) com a nossa segunda aproximação da tabela 6 e com os saques do FGTS reportados na nota 15.

TABELA 10

Estimativas anuais das Taps para 2006 e 2007

Ano	Nossa primeira aproximação	Precisão assumida	Nossa segunda aproximação	Precisão assumida	Estimativa das transferências de assistência e previdência totais	Estimativa das Taps totais (assume que os subsídios correspondem a 1,2% das transferências de assistência e previdência totais)
2006	324,44	91,73%	328,28	92,82%	353,69	357,93
2007	n.d.	n.d.	374,35 ^a	92,82%	403,32	408,16

Fonte: Cálculos do autor.

^a Infelizmente, os dados relativos ao ano de 2007 das pesquisas "Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios" e da "Execução orçamentária dos estados" não estavam disponíveis quando da conclusão desse trabalho (em junho de 2008). Tivemos assim de estimar o valor das transferências de assistência e previdência de estados e municípios (que consistem, em grande medida, de aposentadorias e pensões pagas aos servidores públicos desses entes da federação) no ano de 2007, assumindo que a razão entre essa última variável e o valor dos benefícios previdenciários pagos aos servidores públicos federais em 2007 foi igual à observada em 2006.

TABELA 11

Estimativas anuais da CTLB para 2006 e 2007

Ano	Carga tributária bruta (DOS SANTOS; COSTA, 2008) (1)	Nossa estimativa das Taps totais (tabela 10) (2)	CTLB (3) = (1) – (2)	PIB	CTLB / PIB (5) = (3)/(4)
2006	806,25	357,93	448,32	2332,94	19,22%
2007	912,81	408,16	504,65	2558,82	19,72%

Fontes: Dos Santos e Costa (2008), IBGE e cálculos do autor.

4 ESTIMATIVAS TRIMESTRAIS DAS TAPS E DA CTLB NO PERÍODO 1995-2007

Começamos notando que as séries de alta frequência utilizadas neste trabalho estão todas disponíveis na internet e aparecem listadas na tabela 12.¹⁷

TABELA 12
Séries de alta frequência utilizadas neste trabalho

Série	Fonte	Frequência	Amostra disponível
Gastos do governo federal com funcionários aposentados (1)	SGS-Bacen, série 7568 ^a	Mensal	A partir de janeiro de 1996
Gastos do governo federal com pensionistas (2)	SGS-Bacen, série 7569	Mensal	A partir de janeiro de 1996
Benefícios previdenciários (INSS) (3)	STN (2008)	Mensal	A partir de janeiro de 1997
Despesa do FAT (4)	STN (2008)	Mensal	A partir de janeiro de 1997
Benefícios assistenciais (Loas e RMV) 5)	STN (2008)	Mensal	A partir de janeiro de 2003
Saques do FGTS (6)	Caixa Econômica Federal (Relatórios de administração da Caixa Econômica Federal)	Trimestral	A partir de janeiro de 2003

Fonte: Elaboração do autor.

^a O BCB cita a STN como fonte das séries 7.568 e 7.569, mas não conseguimos encontrá-las no sítio da internet desta última instituição.

Como se percebe na tabela 13, a soma dos valores anualizados das séries de alta frequência mencionadas acima (que chamamos de “parcela explicada” das Taps) responde por mais de 70% das Taps totais registradas no período 2003-2007. E o grau de precisão de nossas estimativas chega a mais de 90% se adicionarmos as transferências de previdência e assistência de estados e municípios à parcela explicada das Taps. Como vimos, as transferências de estados e municípios consistem basicamente de pagamentos a servidores públicos e pensionistas e, portanto, não têm, a princípio, por que apresentarem um padrão sazonal muito diferente dos gastos correspondentes do governo federal.

TABELA 13
Grau de precisão de nossas estimativas trimestrais (os dados de 2006 e 2007 são preliminares)

Ano	Taps totais	Parcela explicada = nossa aproximação alternativa da tabela 9 excluindo as transferências de estados e municípios	Transferências de assistência e previdência de estados e municípios (tabela 5)	Outras assistências de assistência e previdência e subsídios	Parcela explicada/Taps totais (%)	(Parcela explicada + transferências de estados e municípios)/Taps totais (%)
2003	247,80	177,13	44,80	25,87	71,48	89,56
2004	274,53	204,78	48,34	21,41	74,59	92,20
2005	311,88	234,94	52,72	24,26	75,32	92,22
2006	357,93	268,04	60,24	29,65	74,89	91,72
2007	408,16	310,22	64,13	33,81	76,00	91,72

Fonte: Cálculos do autor.

17. Os dados dos saques do FGTS a partir de 2003 foram obtidos nos relatórios trimestrais de administração da Caixa Econômica Federal (disponíveis no sítio dessa instituição na internet).

Assim sendo, optamos por estimar as Taps trimestrais para o período 1997-2007 adotando os seguintes procedimentos:

a) estendemos “para trás” a série trimestral dos saques do FGTS até 1997 aplicando a hipótese de distribuição uniforme dos saques ao longo do ano aos dados anuais disponíveis;¹⁸

b) chamamos de “Taps explicadas” a soma dos valores trimestrais das séries 1-6 da tabela 12;¹⁹

c) assumimos que o padrão sazonal das transferências de assistência e previdência de estados e municípios foi igual ao apresentado pela série dos gastos do governo federal com funcionários inativos e pensionistas (isto é, igual à soma das séries 7.568 e 7.569 do SGS-BCB);

d) chamamos de “Taps anuais não-explicadas” o valor das Taps totais, menos o valor anualizado das Taps explicadas, menos o valor anual das transferências de estados e municípios. Assumimos, ainda, que as “Taps não-explicadas excluindo as transferências de estados e municípios” se distribuíram uniformemente no período em questão;

e) calculamos, então, as Taps trimestrais somando a série das Taps “explicadas” (obtida no item *b*) com a série das transferências de estados e municípios “calibrada” pelos pesos sazonais da soma das séries 7.568 e 7.569 do SGS-BCB (obtida no item *c*) e com a série obtida assumindo-se que as Taps não-explicadas se distribuem uniformemente ao longo do ano (item *d*).

As estimativas das Taps trimestrais obtidas com a adoção destes procedimentos são reportadas em um apêndice ao final deste texto e no gráfico 1 a seguir. Os dados para os anos de 1995 e 1996 foram obtidos adotando-se os pesos sazonais das Taps observados em 1997 (que se mantiveram relativamente constantes ao longo de toda a amostra)²⁰ aos valores anuais observados em 1995 e 1996.

Naturalmente, uma vez de posse de estimativas trimestrais das Taps, podemos, então, utilizar as estimativas da CTBB trimestral publicadas por Dos Santos e Costa (2008) para calcular estimativas trimestrais da carga tributária líquida da economia (subtraindo a primeira série da segunda). Nossas estimativas trimestrais da CTLB (também reportadas no apêndice) aparecem no gráfico 2.

18. Dados anuais para os saques do FGTS no período 1995-2002 estão disponíveis em Caixa Econômica Federal (2003). A hipótese de distribuição uniforme ao longo do ano aproxima razoavelmente bem a realidade no período 2003-2007.

19. Na construção da série trimestral das “Taps explicadas” utilizamos a série trimestral dos saques do FGTS “estendida para trás” (ver item *a*). Assumimos ainda que o valor da série da RMV e Loas foi zero antes de 2003.

20. Os pesos de 1997 aplicados aos dados de 1995 e 1996 foram 0,227, 0,242, 0,240 e 0,291 do primeiro ao quarto trimestres, respectivamente. Ao longo do período 1997-2007, os pesos variaram entre 0,212 e 0,237 (no primeiro trimestre), 0,238 e 0,245 (no segundo), 0,233 e 0,262 (no terceiro) e 0,278 e 0,299 (no quarto).

GRÁFICO 1
Taps trimestrais estimadas
 (Em R\$ bilhões correntes)

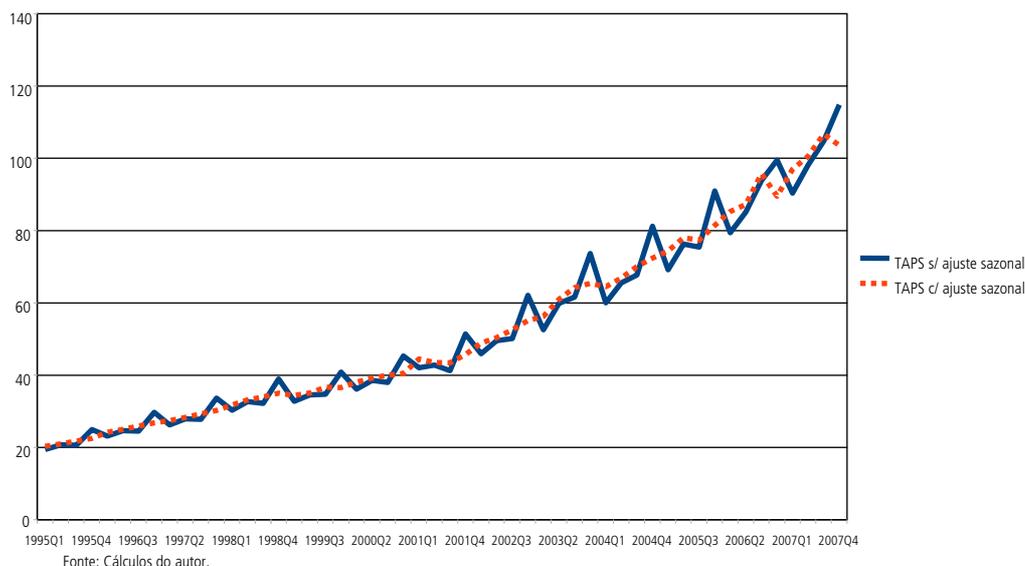
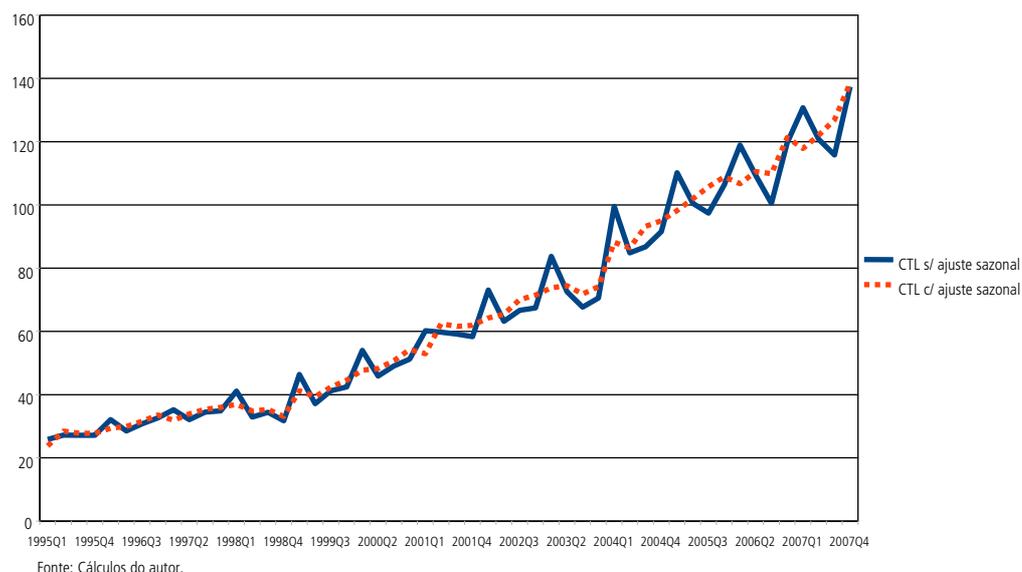


GRÁFICO 2
Estimativas trimestrais da carga tributária líquida
 (Em R\$ bilhões correntes)

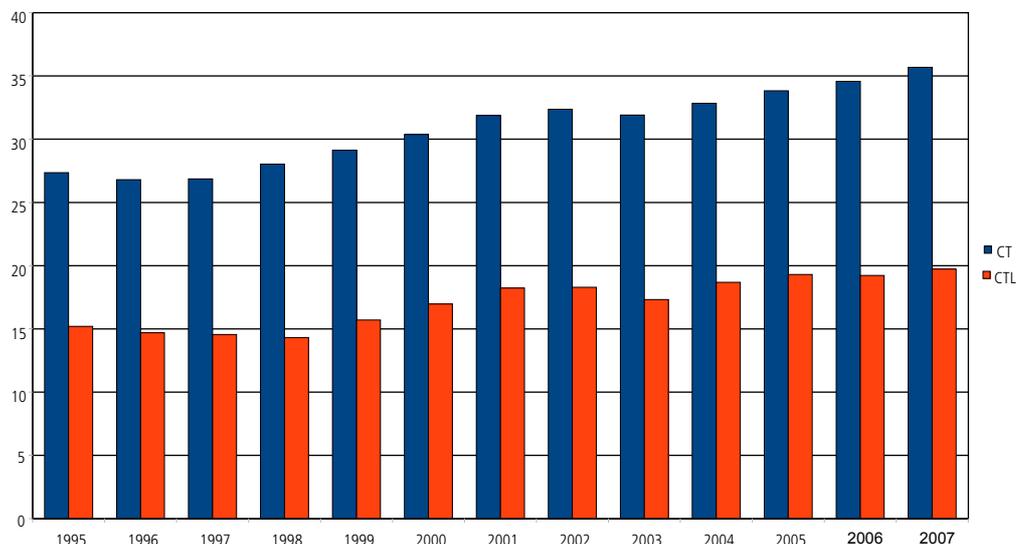


5 COMO SE COMPORTARAM AS TAPS (E SEUS COMPONENTES) E A CTLB NO PERÍODO 1995-2007? ALGUNS FATOS ESTILIZADOS

Um primeiro fato estilizado que fica claro da análise dos dados discutidos anteriormente é que – embora também tenha sofrido um aumento considerável no período 1995-2007 – a carga tributária líquida da economia cresceu bem menos do que a carga tributária bruta no período em questão (ver gráfico 3). Isso porque as Taps também aumentaram consideravelmente no período (ver gráfico 4). Uma vez que (os determinantes de) a evolução da carga tributária bruta no período 1995-2007

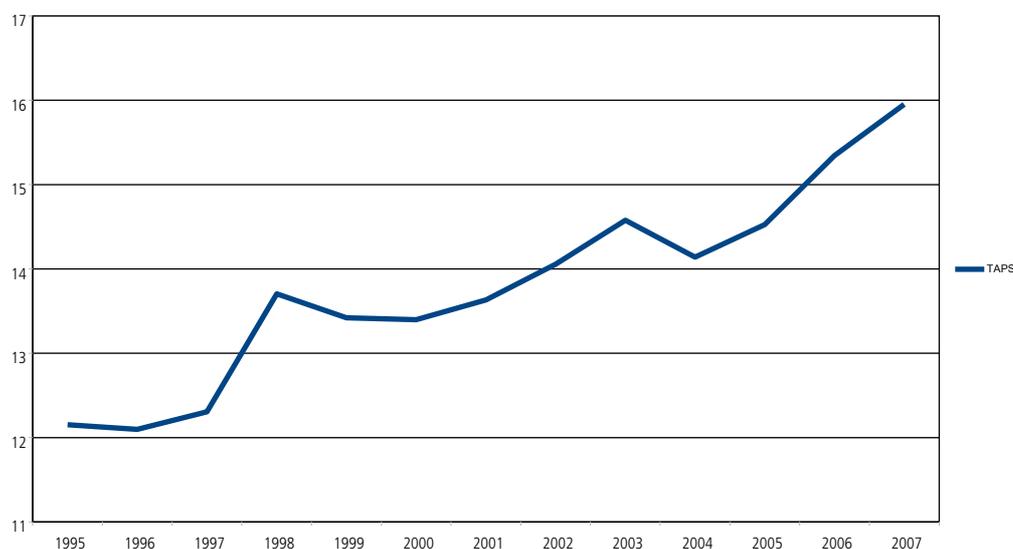
já foi (foram) analisada(os) em Dos Santos, Gobetti e Ribeiro (2008), o restante dessa seção se concentrará na análise da evolução dos componentes das Taps.

GRÁFICO 3
Cargas tributárias bruta e líquida
(Em % do PIB)



Fontes: IBGE e cálculos do autor.

GRÁFICO 4
Transferências de assistência, previdência e subsídios
(Em % do PIB)

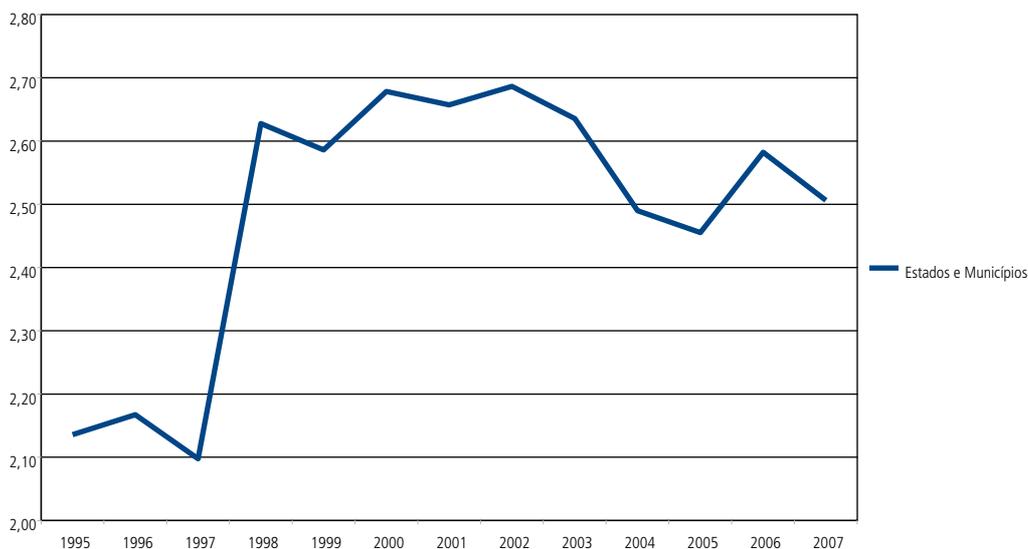


Fontes: IBGE e cálculos do autor.

Como já exposto, é útil dividir as Taps em subsídios e transferências de assistência e previdência federais, estaduais e municipais. Vimos, ainda, que o peso dos subsídios dados aos produtores caiu significativamente no período analisado neste trabalho, tendo passado de 0,5% do PIB em 1995 para pouco menos de 0,2% do PIB em 2005. As origens do significativo crescimento nas Taps verificado nos últimos 12 anos (pouco inferior a 4% do PIB) devem, portanto, ser procuradas em outros lugares.

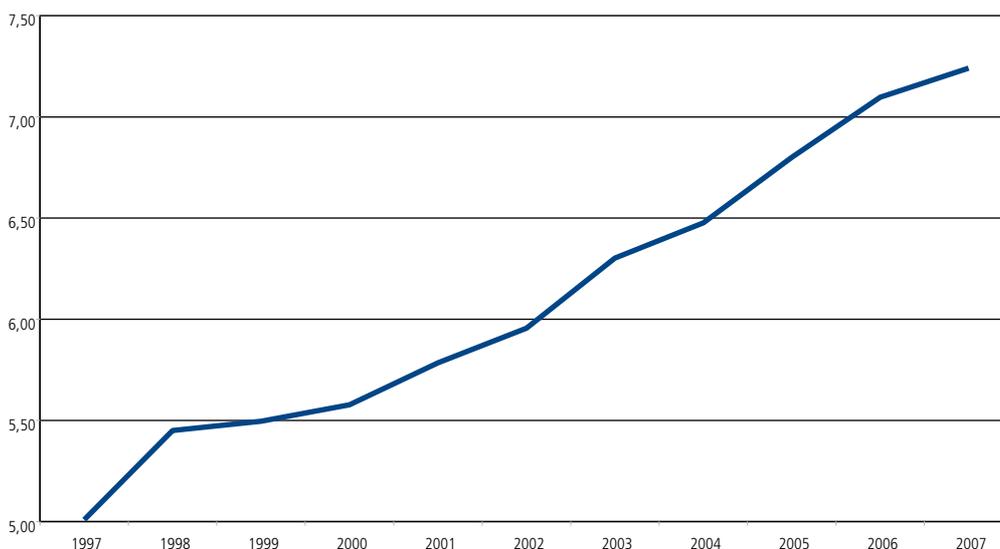
Começamos, pois, notando que apenas uma pequena parte do crescimento das Taps é explicada pelas transferências de assistência e previdência feitas por estados e municípios (ver gráfico 5), de modo que a grande maior parte do referido crescimento ocorreu nas transferências de assistência e previdência federais. Com efeito, os gráficos 6 e 7 deixam claro que, somados, os aumentos nas transferências do INSS, do seguro-desemprego e da Loas/RMV ultrapassam os 3% do PIB no período 1997-2007.

GRÁFICO 5
Transferência de assistência e previdência
 (Em % do PIB)



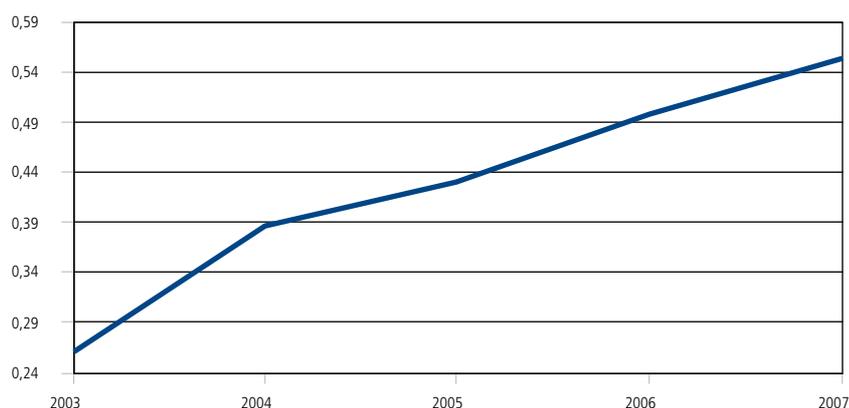
Fonte: IBGE (2006) e cálculos do autor.

GRÁFICO 6
Benefícios previdenciários federais em numerário (incluem INSS e seguro-desemprego)
 (Em % do PIB)



Fonte: STN (2008).

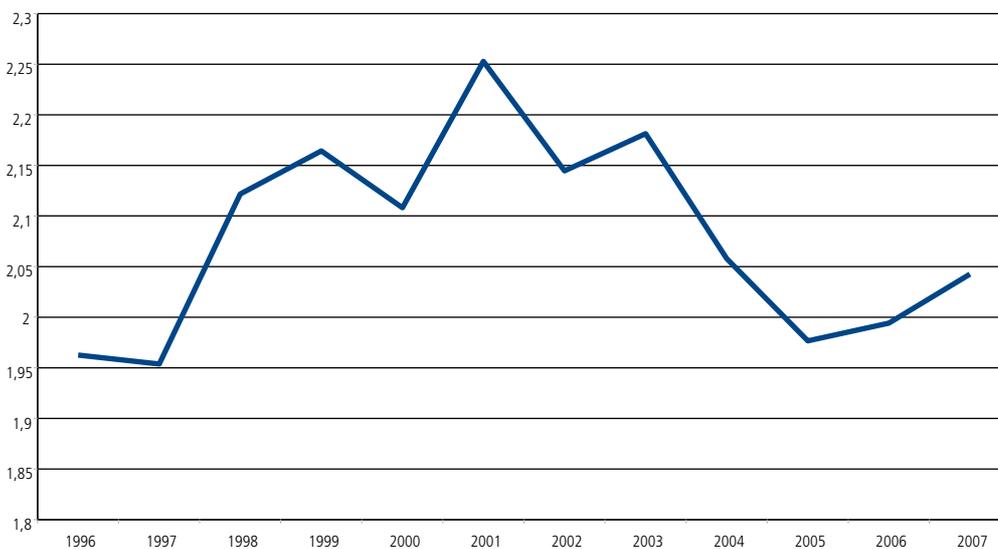
GRÁFICO 7
Despesas com LOAS e RMV
(Em % do PIB)



Fonte: STN (2008).

Por outro lado, o gráfico 8 deixa claro que as aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais – regressivas do ponto de vista distributivo de acordo com Silveira (2008) – permaneceram relativamente estáveis no período em questão. Finalmente, os saques do FGTS também permaneceram relativamente constantes nos últimos 12 anos (gráfico 9).

GRÁFICO 8
Despesas com funcionários públicos
(Em % do PIB)



Fonte: BCB.

GRÁFICO 9
Saques do FGTS
(Em % do PIB)



Fonte: Caixa Econômica Federal.

Em suma, a análise dos dados acima deixa claro: *a*) que as Taps subiram significativamente nos últimos 12 anos, parcialmente contra-restando a subida da carga tributária bruta no período em questão, de modo que a carga tributária líquida subiu bem menos que a bruta nesse último; *b*) que a grande maior parte do aumento nas Taps se deu nas transferências que mais afetam o bem-estar da população mais pobre e idosa do país (isto é, no regime geral da previdência, no seguro-desemprego e na Loas/RMV)^{21,22}; e, finalmente, que *c*) os gastos com os benefícios previdenciários de servidores públicos – tidos como regressivos do ponto de vista distributivo – subiram pouco durante o período, permanecendo (*grosso modo*) relativamente estáveis no patamar de 4,5% do PIB nos últimos 12 anos.²³

6 NOTAS FINAIS

Nesse artigo propusemo-nos a: *a*) examinar a compatibilidade entre as – poucas e fragmentadas – bases de dados existentes sobre as transferências do governo ao setor privado da economia; *b*) propor, com base nos dados anuais do IBGE e em algumas séries de tempo de alta frequência da STN, do SGS/BCB e da Caixa, uma metodologia simplificada de estimação das “transferências de assistência e previdência e subsídios” governamentais trimestrais para o setor privado da economia; e *c*) com base nessa última

21. Isso sem contar com o crescimento nos gastos com programas de transferência direta de renda, tal como o Bolsa Família (para o qual não dispomos de dados precisos), a despeito da (ainda) pequena relevância macroeconômica dos mesmos. Como vimos acima, tais gastos formam – junto com as transferências públicas para instituições privadas sem fins lucrativos – a maior parte das Taps “não-explicadas” da tabela 13.

22. Silveira (2008) conclui pela progressividade do Regime Geral da Previdência Social.

23. Assumimos, aqui, que 95% das transferências de assistência e previdência de estados e municípios no período 2004-2007 foram destinados ao pagamento de servidores públicos (ver tabela 4).

série e na série da carga tributária bruta trimestral proposta por Dos Santos e Costa (2008), calcular uma série trimestral da carga tributária líquida da economia.

Naturalmente, a precariedade das bases de dados existentes fez com que tivéssemos que adotar um número relativamente grande de hipóteses não triviais na construção de nossas estimativas trimestrais que são, portanto, aproximações admitidamente imperfeitas da realidade. Mesmo reconhecendo que há considerável espaço para aperfeiçoamento das estimativas apresentadas aqui – e torcendo para que outros pesquisadores se interessem em aperfeiçoá-las –, ainda assim, acreditamos ter tomado cuidados suficientes para garantir que a “informação” contida nas mesmas supere em muito o “ruído” introduzido pelos erros nessas estimativas. Nesse sentido, acreditamos que as estimativas apresentadas aqui – principalmente se utilizadas com suficiente critério – possam ser úteis em análises econométricas e/ou históricas.

Felizmente, a margem de erro no caso dos dados anuais é bem menor. Assim sendo, acreditamos que os fatos estilizados que destacamos na seção 5 – que parecem indicar uma significativa melhora no perfil distributivo das transferências de assistência e previdência do governo verificada nos últimos anos – permanecerão válidos quando mais e melhores dados ficarem disponíveis e análises mais cuidadosas forem feitas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R.; MEIRELLES, B. B.; CASTRO, K. P. Carga tributária: a escalada contínua. *Boletim de Desenvolvimento Fiscal*, n. 4, p. 25-32, Brasília: Ipea, 2007.
- BLANCHARD, O.; PEROTTI, R. An empirical characterization of the dynamic effects of changes in government spending and taxes on output. *Quarterly Journal of Economics*, v. 117, n. 4, p. 1.329-1.368, 2002.
- CAETANO, M. A. *Previdência social e distribuição regional da renda*. Brasília: Ipea, 2008 (Texto para Discussão, n. 1.317).
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *FGTS – Prestação de Contas Exercício 2002*. Brasília, 2003.
- _____. *Relatório da administração*. Brasília (vários números).
- CGU - Controladoria Geral da União. *Balanço Geral da União*. Brasília (vários números).
- DOS SANTOS, C. H.; COSTA, F. R. Uma metodologia de estimação da carga tributária bruta brasileira em bases trimestrais. A ser publicado em *Economia Aplicada*. 2008.
- DOS SANTOS, C. H.; GOBETTI, S. W.; RIBEIRO, M. B. *A evolução da carga tributária bruta brasileira no período 1995-2007: tamanho, composição e especificações econométricas agregadas*. Brasília: Ipea, 2008 (Texto para Discussão n. 1.350).
- DOS SANTOS, C. H.; PIRES, M. C. C. *Reestimativas do investimento privado (I): qual a sensibilidade do investimento privado “referência 1985” a aumentos na carga tributária?* Brasília: Ipea, 2007a (Texto para Discussão, n. 1.297).

_____. *Qual a sensibilidade do investimento privado a aumentos na carga tributária?* Novas estimativas agregadas e desagregadas a partir dos dados das Contas Nacionais “Referência 2000”. Brasília: Ipea, 2007b (Texto para Discussão, n. 1.314).

GOBETTI, S. W. *Tópicos sobre a política fiscal e o ajuste fiscal no Brasil*. Tese (doutorado em economia) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de Contas Nacionais Brasil 2003*. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. *Finanças Públicas do Brasil 2002-2003*. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Sistema de Contas Nacionais Brasil 2004-2005*. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MOURA, R. L.; TAFNER, P.; JESUS FILHO, J. *Testando a propriedade redistributiva do sistema previdenciário brasileiro: uma abordagem semiparamétrica*. Rio de Janeiro: Ipea (Texto para Discussão, n. 1.282).

MPS – Ministério da Previdência Social. *Anuário Estatístico da Previdência Social*. Brasília (vários números).

ONU – Organização das Nações Unidas. *System of National Accounts 1993*. Nova Iorque, 1993.

SILVEIRA, F. G. Impacto das transferências governamentais e da tributação na distribuição de renda no Brasil: considerações sobre o documento da SPE-MF “Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002”. *Econômica*, v. 5, n. 1, p. 171-184, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Tributação, previdência e assistência sociais: impactos redistributivos. Tese (doutorado em economia) Instituto de Economia – Unicamp. Campinas – SP, 2008.

STN - Secretaria do Tesouro Nacional. *Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2002*. Brasília, 2003.

_____. *Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003*. Brasília, 2004.

_____. *Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2004*. Brasília, 2005.

_____. *Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2005*. Brasília, 2006.

_____. *Execução orçamentária dos estados*. Brasília, 2007a.

_____. *Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2006*. Brasília, 2007b.

_____. *Resultado fiscal do Governo Central*. Brasília, 2008.

APÊNDICE

As estimativas trimestrais propriamente ditas

(Em R\$ bilhões nominais, e em %)

	TAPS (R\$)	CTBB (R\$)	CTLB (R\$)	PIB (R\$)	CTLB/PIB (%)	CTLB/PIB com ajuste sazonal (%)
1995Q1	19,45	45,27	25,82	156,93	16,45	14,27
1995Q2	20,71	47,89	27,18	170,78	15,91	16,65
1995Q3	20,61	47,73	27,12	180,26	15,04	15,58
1995Q4	24,97	52,10	27,13	197,67	13,72	14,89
1996Q1	23,16	55,25	32,09	185,70	17,28	14,90
1996Q2	24,66	53,17	28,51	202,82	14,06	14,78
1996Q3	24,54	55,33	30,79	216,44	14,22	14,71
1996Q4	29,73	62,38	32,65	239,01	13,66	14,89
1997Q1	26,22	61,42	35,21	213,53	16,49	14,07
1997Q2	27,91	60,01	32,10	232,51	13,81	14,65
1997Q3	27,78	62,27	34,49	240,82	14,32	14,80
1997Q4	33,65	68,51	34,86	252,29	13,82	15,12
1998Q1	30,30	71,42	41,12	228,58	17,99	15,22
1998Q2	32,70	65,61	32,90	249,21	13,20	14,10
1998Q3	32,20	66,61	34,41	249,54	13,79	14,24
1998Q4	38,99	70,73	31,74	251,94	12,60	13,86
1999Q1	32,77	79,13	46,36	242,80	19,09	16,04
1999Q2	34,53	71,66	37,13	266,22	13,95	14,96
1999Q3	34,73	75,96	41,23	265,16	15,55	16,06
1999Q4	40,89	83,31	42,42	290,81	14,59	16,09
2000Q1	36,13	90,12	53,99	268,75	20,09	16,86
2000Q2	38,58	84,45	45,88	291,38	15,74	16,81
2000Q3	37,97	87,01	49,04	301,08	16,29	16,87
2000Q4	45,33	96,55	51,22	318,27	16,09	17,77
2001Q1	42,04	102,26	60,22	307,31	19,59	16,46
2001Q2	42,80	102,55	59,75	324,11	18,44	19,56

(continua)

(continuação)

	TAPS (R\$)	CTBB (R\$)	CTLB (R\$)	PIB (R\$)	CTLB/PIB (%)	CTLB/PIB com ajuste sazonal (%)
2001Q3	41,27	100,41	59,13	324,64	18,22	18,97
2001Q4	51,39	109,72	58,33	346,07	16,86	18,55
2002Q1	45,93	119,00	73,07	337,95	21,62	18,27
2002Q2	49,55	112,76	63,21	369,98	17,08	17,93
2002Q3	50,14	116,79	66,66	372,50	17,89	18,79
2002Q4	62,09	129,53	67,45	397,39	16,97	18,55
2003Q1	52,59	136,34	83,75	390,61	21,44	18,23
2003Q2	59,90	132,39	72,49	420,01	17,26	17,95
2003Q3	61,64	129,29	67,65	430,02	15,73	16,69
2003Q4	73,67	144,25	70,58	459,32	15,37	16,63
2004Q1	60,04	159,57	99,53	447,39	22,25	19,06
2004Q2	65,53	150,38	84,84	486,40	17,44	17,96
2004Q3	67,73	154,50	86,77	489,71	17,72	19,02
2004Q4	81,23	172,81	91,57	518,01	17,68	18,91
2005Q1	69,18	179,39	110,21	496,53	22,20	19,14
2005Q2	76,29	176,78	100,49	535,25	18,77	19,20
2005Q3	75,43	172,87	97,44	542,00	17,98	19,50
2005Q4	90,98	197,32	106,34	573,46	18,54	19,61
2006Q1	79,40	198,29	118,89	543,25	21,89	18,99
2006Q2	85,15	194,40	109,25	570,13	19,16	19,50
2006Q3	93,88	194,36	100,49	593,03	16,94	18,53
2006Q4	99,51	219,20	119,69	626,52	19,10	20,02
2007Q1	90,38	221,13	130,74	598,85	21,83	19,01
2007Q2	98,13	218,83	120,70	635,16	19,00	19,31
2007Q3	104,79	220,58	115,79	645,23	17,95	19,69
2007Q4	114,86	252,27	137,41	679,58	20,22	21,09

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Lucia Duarte Moreira

Alejandro Sainz de Vicuña

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Camila Guimarães Simas

Camila Oliveira de Souza

Carlos Henrique Santos Vianna

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9ª andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5090

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50/609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3515-8522 – 3515-8426

Fax (21) 3515-8585

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 135 exemplares

